

## Determinantes da insegurança alimentar no Distrito Federal

### Determinants of Food Insecurity in the Federal District, Brazil

Muriel Bauermann Gubert<sup>1</sup>  
Leonor Maria Pacheco do Santos<sup>2</sup>

#### RESUMO

**Objetivo:** analisar fatores associados à Insegurança Alimentar (IA) no Distrito Federal (DF) de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2004, Suplemento Segurança Alimentar.

**Métodos:** A Insegurança Alimentar foi aferida utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que classifica os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar ou com IA leve, moderada ou grave. Foi realizada análise univariada em relação às variáveis tradicionalmente relacionadas com a IA.

**Resultados:** Verificou-se algum grau de IA em 24,8% dos domicílios no DF. Quando a pessoa de referência era a mulher, 29,9% dos domicílios eram inseguros, comparado com 21,7% no caso do homem como responsável. Nos domicílios chefiados por idosos ou por pessoas da raça negra/parda observou-se maior ocorrência de IA. Em famílias com três ou mais crianças e naquelas com alta densidade populacional por cômodo utilizado para dormir, havia maior ocorrência de IA. A renda foi o fator responsável pelo maior diferencial; encontrou-se insegurança alimentar em 69,5% dos domicílios com renda <1/4 salários-mínimos *per capita*.

**Conclusão:** verifica-se que as características do responsável pelo domicílio da cor/raça negra, gênero feminino e idade maior que 60 contribuem para aumentar a probabilidade de insegurança alimentar. O mesmo ocorre com a alta densidade populacional por cômodo e a presença de crianças menores de 10 anos no domicílio. Contudo, o determinante mais importante da IA é a baixa renda domiciliar *per capita*. Foi possível perceber que o resultado cumulativo destas características desiguais traduz-se em grandes diferenças na ocorrência de IA no Distrito Federal.

<sup>1</sup>Departamento de Nutrição da  
Universidade Católica de Brasília.  
Brasília-DF, Brasil.  
<sup>2</sup>Departamento de Saúde Coletiva da  
Universidade de Brasília.  
Brasília-DF, Brasil.

**Correspondência**  
Muriel Bauermann Gubert  
Campus Universitário Darcy Ribeiro,  
Faculdade de Ciências da Saúde,  
Departamento de Nutrição, Brasília-DF.  
70.910-900, Brasil.  
murielgubert@hotmail.com

Recebido em 22/abril/2009  
Aprovado em 06/julho/2009

**Palavras-chave:** Nutrição em saúde pública; Fome; Pesquisa.

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze factors associated with food insecurity in the Federal District, Brazil, according to data from the National Household Sample Survey – PNAD –2004, Food Safety Supplement.

**Methods:** The food insecurity was evaluated using the Brazilian Scale of Food Insecurity, which classifies households according to four categories: with food security, or with low, moderate or severe food insecurity. A univariate analysis correlated to variables traditionally related to food insecurity was performed.

**Results:** Some degree of food insecurity was found in 24,8% of the households in the Federal District, Brazil: 29,9% were food insecure when the household was headed by a woman, against 21,7% when headed by a man. When the household was headed by an elderly or a black person there was more food insecurity. In families with three or more children and in those with higher occupancy rate per bedroom there was higher incidence of food insecurity. Household income was the factor responsible for the differential: food insecurity was found in 69,5% of the households with income 1/4 of the minimum wage *per capita*.

**Conclusion:** The characteristics of the individual qualified as the head of the household, such as ethnic group: black, gender: female and age: more than 60 years old, contribute to increase the probability of food insecurity. The same occurs when there is a high occupancy rate per bedroom and the presence of children under 10 years of age in the household. Nevertheless, the most important food insecurity determinant is the household low per capita income. It was observed that the cumulative results of these unequal characteristics translate into great differences concerning the occurrence of food insecurity in the Federal District, Brazil.

**Key words:** Public Health Nutrition; Hunger; Research.

## INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis<sup>1</sup>. Insegurança Alimentar e fome são, assim, condições resultantes de restrições econômicas e não de outros problemas como, por exemplo, falta de tempo para alimentar-se. Fome, nesta perspectiva, se configura como mais grave nível de Insegurança Alimentar e Nutricional<sup>2</sup>.

A Insegurança Alimentar e Nutricional é um fenômeno complexo e multidimensional, que se desenvolve como um processo contínuo, que se diferencia em estágios, conforme as condições de restrição econômica se tornem mais graves. Cada estágio corresponde a uma experiência específica de insuficiência alimentar e a um comportamento oriundo desta condição. Hoje já é possível entender a extensão da Insegurança Alimentar e fome causada por limitações financeiras e como isso é vivenciado e reportado nos domicílios<sup>2</sup>.

É incontestável a relevância do tema na atualidade, ocupando cada vez mais espaço no cenário das

políticas públicas do país<sup>3</sup>. Entretanto, dados sobre Segurança Alimentar e Nutricional ainda são escassos. A busca por indicadores de Insegurança Alimentar e Nutricional viáveis é uma atividade contínua. Atualmente medidas de consumo, pobreza e desnutrição são utilizados como *proxy*, e indicadores de renda são usados como fatores determinantes mais distais<sup>4</sup>.

Em 2003, validou-se para o Brasil, uma versão adaptada do módulo de Insegurança Alimentar do *Core Food Security Module*, utilizado pelo *United States Department of Agriculture* (USDA). Esse instrumento é hoje conhecido como EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e é composta por 15 questões<sup>5,6</sup>. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2004 incluiu a EBIA como um dos seus módulos, permitindo estimativas confiáveis de prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional no país como um todo, em suas grandes regiões e Unidades da Federação (UF)<sup>7</sup>.

O objetivo deste artigo é analisar fatores associados à Insegurança Alimentar no Distrito Federal de acordo com a PNAD 2004 e assim subsidiar ações de políticas públicas neste âmbito.

## METODOLOGIA

Trata-se de estudo transversal que emprega dados secundários. A base para as análises foi o banco de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 2004<sup>7</sup>, que continha um módulo com as quinze perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

O processo de amostragem da PNAD contempla representatividade dos seguintes domínios da população brasileira: área urbana e rural de todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil, além de fornecer dados sobre regiões metropolitanas<sup>7</sup>. No DF foram pesquisados 3.610 domicílios e 11.151 pessoas.

Foi utilizada, para a aferição da Insegurança Alimentar e Nutricional, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. As perguntas, dirigidas a um morador, preparado para respondê-las, permitiram a identificação dos domicílios de acordo com sua condição de existência de Segurança Alimentar (SA) ou Insegurança Alimentar (IA), bem como classificá-los segundo diferentes níveis

de insegurança: leve, moderada ou grave. As 15 perguntas da escala, conforme foram incluídas na PNAD, estão detalhadas na Tabela 1.

Tabela 1

### Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) incluída na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, PNAD 2004.

Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida?
Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
Alguns moradores de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
Alguns moradores com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

A medida é baseada no número de respostas positivas ao conjunto de perguntas. A pontuação atribuída a cada domicílio é score de soma das respostas afirmativas. O domicílio é considerado seguro caso a pontuação seja igual a zero. No caso dos domicílios sem crianças (todos os moradores com 18 anos ou mais de idade) a classificação é: 1 a 3 pontos (insegurança alimentar leve); 4 a 6 pontos (insegurança alimentar moderada); e 7 a 9

pontos (insegurança alimentar grave). No caso dos domicílios com pelo menos uma criança (menor ou igual a 18 anos), as categorias de insegurança alimentar leve, moderada e grave correspondem, respectivamente, aos intervalos de 1 a 5 pontos, 6 a 10 pontos e 11 a 15 pontos.

Neste trabalho serão analisados os fatores associados à insegurança alimentar, considerando a maneira como ela foi mensurada na pesquisa suplementar da PNAD de 2004.

Da amostra inicial foram excluídos os domicílios: (a) em que a EBIA não estava completamente preenchida; (b) aqueles com pessoa de referência de idade menor ou igual a dezessete anos; (c) domicílios sem informação de renda; e (d) domicílios coletivos. Assim o presente estudo incluiu dados de 3.105 domicílios (80,01% do total pesquisado), que considerando os fatores de expansão fornecidos pelo IBGE, representa um total de 621.000 domicílios do DF.

Para as análises envolvendo renda, utilizou-se a renda domiciliar *per capita*, definida como o quociente entre a renda domiciliar e o número de pessoas do domicílio, excluindo os empregados domésticos, parentes de empregados domésticos e os que moram de pensão.

Todos os processamentos foram realizados considerando-se a estrutura complexa da amostra, utilizando-se o programa SPSS, versão 15.0 para Windows.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 2 mostra a distribuição dos domicílios por categoria de insegurança alimentar, com os números de domicílios segundo a amostra expandida. Verifica-se que no Distrito Federal em 24,8% destes há algum grau de insegurança alimentar. Cabe ressaltar alguns dos resultados expostos, como os apresentados na tabela 2, estão disponíveis na publicação do IBGE<sup>7</sup>, porém ressalta-se que pequenas diferenças numéricas podem ocorrer devido ao uso de uma amostra depurada neste artigo, conforme descrito na metodologia.

Comparando-se com dados da PNAD 2004<sup>7</sup> para o Brasil, a insegurança alimentar apresenta-se menor no DF do que no país como um todo. Enquanto a prevalência média de IA no Brasil é de 34%, no DF é 10 pontos percentuais mais baixa.

Ainda assim estimava-se que 25.400 domicílios conviviam com a IA Grave e Fome no DF à época da pesquisa. Em 2003, o percentual de famílias inseguras gravemente no DF era de 7,7%<sup>8</sup>.

Tabela 2

Distribuição dos domicílios conforme categorias de insegurança alimentar. Distrito Federal, 2004.

Categorias	n (domicílios)	%
Segurança Alimentar	466.800	75,2
Insegurança Alimentar leve	76.200	12,3
Insegurança Alimentar moderada	52.600	8,5
Insegurança Alimentar grave	25.400	4,1
<b>Total</b>	<b>621.000</b>	<b>100,0</b>

As características do responsável pelo domicílio, como demonstrado na tabela 3, influenciaram a ocorrência de insegurança alimentar (IA). Quando a pessoa de referência no domicílio era a mulher, o comprometimento da Segurança Alimentar dos moradores era maior (29,9% dos domicílios apresentavam-se inseguros, contra 21,7% dos chefiados por homens). Uma possível explicação para tal fato é que a mulher aparece mais comumente como referência no domicílio quando o cônjuge está ausente, o que implica em uma *renda per capita* menor<sup>7</sup>. No Brasil cerca de 17,4% dos arranjos familiares se constituíam desta forma<sup>9</sup>. Vale ressaltar, ainda, que o rendimento médio das mulheres no ano de realização da PNAD correspondia em média a 69,5% do rendimento auferido pelos homens<sup>7</sup>.

Nos domicílios chefiados por idosos, pessoas com 60 anos ou mais, observou-se mais famílias com insegurança alimentar, representando, essa condição, um fator de risco quando comparada à situação dos domicílios cujo responsável tinha idade entre 18 e 59 anos (tabela 3). Tais dados evidenciam uma situação diferente do DF quando comparado ao País, onde a presença de idosos como responsáveis pelo domicílio, foi evidenciado como um fator de proteção contra a insegurança alimentar grave<sup>10</sup>, provavelmente porque estes contribuem com a aposentadoria para incrementar a renda domiciliar<sup>11</sup>.

Maiores percentuais de insegurança alimentar também são visualizados em domicílios cujo responsável é da raça negra/parda (31,1%), quando comparado aos domicílios com pessoas brancas ou amarelas (17,5%). No Brasil, a discrepância dos indicadores sociais por raça/cor tem sido bastante

Tabela 3

Insegurança alimentar conforme características da pessoa de referência no domicílio. Distrito Federal, 2004.

	SA (%)	IA leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)	Total domicílios	Total (%)
<b>Sexo</b>						
Feminino	70,06	13,26	11,12	5,56	233.800	37,65
Masculino	78,25	11,67	6,87	3,20	387.200	62,35
<b>Idade</b>						
Idosos (≥ 60 anos)	74,50	12,94	8,29	4,27	533.400	85,89
Não idosos (< 60 anos)	79,22	8,22	9,59	2,97	876.00	14,11
<b>Cor/Raça</b>						
Branco + Amarelo	82,5	9,2	6,0	2,3	287.000	46,2
Negro + Pardo	68,9	14,9	10,6	5,6	334.000	53,8
<b>Total</b>	<b>75,17</b>	<b>12,27</b>	<b>8,47</b>	<b>4,09</b>	<b>621.000</b>	<b>100,00</b>

SA: Segurança Alimentar; IA: Insegurança Alimentar

Tabela 4

Insegurança alimentar segundo a presença de crianças menores de 10 anos e número de moradores por cômodo utilizado para dormir, nos domicílios estudados. Distrito Federal, 2004.

	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)	Total (n domicílios)	Total (%)
<b>Presença de Crianças menores de 10 anos no Domicílio</b>						
Nenhuma a duas crianças	75,91	11,96	8,27	3,86	595.200	95,85
Três ou mais	58,14	19,38	13,18	9,30	25800	4,15
<b>Número de Moradores por Cômodo Utilizado para Dormir</b>						
Até 2 moradores	79,76	9,96	7,13	3,16	494.000	79,55
Mais que 2 até 3 moradores	59,95	22,17	11,31	6,56	88.400	14,24
Mais que 3 até 4 moradores	57,81	19,53	15,63	7,03	25.600	4,12
Mais que 4 moradores	38,47	18,46	26,15	16,92	13.000	2,09
<b>Total</b>	<b>75,17</b>	<b>12,27</b>	<b>8,47</b>	<b>4,09</b>	<b>621.000</b>	<b>100,00</b>

SA: Segurança Alimentar; IA: Insegurança Alimentar

documentada, o que corrobora para a explicação de uma maior ocorrência de insegurança alimentar em domicílios cujo chefe é de cor negra ou parda<sup>5,6,7,10</sup>. Esses grupos raciais padecem de uma precária inserção social, determinada por oportunidades socialmente diferenciadas. Alguns indicadores, inclusive, têm se agravado nos últimos anos, como a participação desse grupo social no ensino superior, tanto na frequência como na conclusão deste nível de estudo. Segundo dados de 2007, 13,4% dos brancos e 4,0% dos negros e pardos apareciam com nível superior completo no país<sup>9</sup>.

Observa-se variação na prevalência de Insegurança Alimentar conforme o tipo e a composição da família (tabela 4). Em famílias com três ou mais crianças a Insegurança Alimentar Grave, por exemplo, ocorre em 9,3% dos domicílios, comparado

com 3,9% nos lares com nenhuma a 2 crianças. Famílias com crianças são mais susceptíveis de serem inseguras porque os pais normalmente são mais jovens e o tamanho das famílias é maior<sup>12</sup>. Importante salientar que a presença de alimento é condição necessária para o crescimento e desenvolvimento normal da criança. Por conseguinte, a Segurança Alimentar é uma condição importante para examinar, no âmbito do contexto do bem-estar da criança.

Em domicílios com alta densidade populacional por cômodo utilizado para dormir, a insegurança aparece com maior prevalência. Embora apenas 2,09% dos domicílios do DF tenham mais que quatro moradores por cômodo servindo de dormitório, nestes domicílios 61,53% têm algum tipo de Insegurança Alimentar (tabela 4).

Tabela 5

Insegurança alimentar conforme a renda domiciliar per capita, em salários mínimos. Distrito Federal, 2004.

	SA (%)	IA leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)	Total (n domicílios)	Total (%)
< ¼ SMPC	30,53	23,16	23,16	23,16	38.000	6,12
1/4   – ½ SMPC	36,31	27,98	23,51	12,20	67.200	10,82
1/2   – 1 SMPC	60,76	21,36	13,91	3,97	120.800	19,45
≥1 SMPC	90,48	5,77	2,84	0,91	395.000	63,61
<b>Total</b>	<b>75,17</b>	<b>12,27</b>	<b>8,47</b>	<b>4,09</b>	<b>621.000</b>	<b>100,00</b>

SMPC: salários-mínimos per capita; SA: Segurança Alimentar; IA: Insegurança Alimentar

Finalmente, a Tabela 5 demonstra a influência da renda na ocorrência de Insegurança Alimentar no Distrito Federal. Em relação às variáveis escolhidas para a construção do modelo, observa-se que a maioria tem uma íntima relação com a renda, variável de maior poder preditivo entre todas (renda menor que ¼ de salário mínimo per capita determina quase 70% de insegurança alimentar em domicílios nestas condições). Essa influência da renda na ocorrência da insegurança alimentar é bem documentada<sup>13</sup>. É explicada pelo fato de que a aquisição do alimento é geralmente monetarizada, sobretudo em Unidades da Federação de características predominantemente urbanas como o Distrito Federal. Nestas circunstâncias uma insuficiência de renda implica, necessariamente, em dificuldade de acesso ao alimento<sup>4</sup>.

## CONCLUSÃO

Verifica-se que as características do responsável pelo domicílio da cor/raça negra, gênero feminino e idade maior que 60 contribuem para aumentar a probabilidade de insegurança alimentar. Uma alta densidade populacional por cômodo utilizado para dormir e a presença de crianças menores de 10 anos no domicílio também indicam maior ocorrência de insegurança alimentar. Contudo, o determinante mais importante da insegurança alimentar é a baixa renda domiciliar *per capita*.

Na exploração das variáveis estudadas ficou evidenciado que a renda per capita e características do domicílio e de seu responsável constituem fatores bastante importantes na determinação da Insegurança Alimentar. Foi possível perceber que o resultado cumulativo destas características desiguais traduz-se em grandes diferenças na ocorrência de Insegurança Alimentar no Distrito Federal.

Mesmo com características muito mais favoráveis que o resto do país, o Distrito Federal ainda convive com os problemas relacionados à exclusão social e à fome. A fome está presente em muitos domicílios, atestando que a desigualdade histórica de acesso é também experimentada no DF. Muitos lares ainda experimentam a convivência com a fome e/ou desfrutam de uma alimentação limitada em termos de qualidade.

Embora o estudo apresente relações bem consistentes entre determinantes sociais e a ocorrência de insegurança alimentar no Distrito Federal, destaca-se que se trata de um estudo pontual, onde é possível verificar apenas associações e não um processo de causalidade. Importante também ressaltar que a amostra da PNAD apresenta limitações quanto à sua representatividade local, não podendo ser estudada a distribuição da IA nas diversas cidades que compõem o DF.

Pesquisas como a PNAD 2004 são um recurso valioso e eficiente para revelar as especificidades do fenômeno complexo da insegurança alimentar e permitir a elaboração de políticas públicas que intencionem a melhoria destas condições. Sugere-se que outros estudos de seguimento sejam realizados, que permitam o estudo do fenômeno da insegurança alimentar nas distintas cidades do DF, a fim de esclarecer as lacunas ainda presentes em relação a essa problemática.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.
  2. Bickel G, Nord M, Price C, Hamilton W, Cook J. Guide to Measuring Household Food Security, Revised 2000. U.S. Virginia: Department of Agriculture/Food and Nutrition Service; 2000.
  3. Pereira RA, Santos LMP. A dimensão da Insegurança Alimentar. *Revista de Nutrição*. 2008; 21: 7-13S.
  4. Perez-Escamilla R. Experiência internacional com a escala de percepção da Insegurança Alimentar. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. Número 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2005.
  5. Segall-Corrêa AM, Pérez-Escamilla R, Sampaio MFA, Marin-Leon L, Panigassi G, Maranhã LK et al. Relatório Técnico: Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Unicamp; 2004.
  6. Segall-Corrêa AM, Perez-Escamilla R, Marin-Leon L, Yuyama L, Vianna RPT, Coitinho D et al. Evaluation of household insecurity in Brazil: validity assessment in diverse sociocultural settings. Santiago: Premio Redsan – FAO; 2008.
  7. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – Suplemento Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.
  8. Leão MM. Fome e insegurança alimentar no Distrito Federal. [Dissertação]. Brasília: Universidade de Brasília; 2004.
  9. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Síntese de Indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2008.
  10. Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L, Sampaio MFA, Panigassi G, Pérez-Escamilla R. Insegurança alimentar no Brasil: do desenvolvimento do instrumento de medida aos primeiros resultados nacionais. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: MDS; SAGI, 2007. 412 p.
  11. Fundação Perseu Abramo. Idosos no Brasil. Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade. São Paulo: FPA, 2007.
  12. Nord, Mark, Margaret Andrews, and Steven Carlson. 2002. Household Food Security in the United States, 2001. Washington: Food Assistance and Nutrition Research; 2002.
  13. Vianna RPT, Segall-Corrêa AM. Insegurança Alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Revista de Nutrição*. 2008; 21: 111-122S.
-